

Comunicado

Em conformidade com a Lei Complementar 846, de 04-6-1998

Balço Patrimonial - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista - Casa de Saúde Santa Marcelina

Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista								
CNPJ/MF: 60.742.616/0006-74								
Demonstrações contábeis correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016								
Balço Patrimonial - Em reais				Demonstração do Resultado do Exercício - Em reais				
Ativo		2017	2016	Passivo		2017	2016	
Circulante		989.977	2.380.431	Circulante		21.072.607	20.530.681	
Caixa e equivalentes (nota nº 4)		105.500	341.905	Fornecedores		1.411.526	1.925.192	
Adiantamentos (nota nº 5)		52.393	1.102.291	Obrigações Trabalhistas		4.009.202	3.659.153	
Estoque (nota nº 6)		714.038	863.102	Obrigações Sociais (nota nº 10a)		1.194.804	1.163.534	
Despesas Antecipadas		76.118	73.133	Obrigações tributárias (nota nº 10b)		2.141.618	1.938.808	
Contas a Receber (nota nº 15c)		41.928	-	Férrias e encargos a pagar		8.592.384	7.702.846	
Não Circulante		10.739.972	8.630.514	Contas a pagar serviços terceiros		417.736	846.327	
Depósitos judiciais (nota nº 9)		10.419.284	8.340.401	Verbas e subvenções (nota nº 11)		2.872.654	2.866.721	
Depósito Judicial ICM sobre Energia (nota nº 9)		320.688	290.113	Provisão para processos Judiciais (nota nº 12)		109.692	99.251	
Permanente		7.758.374	7.847.753	Outras contas a pagar		322.991	328.849	
Imobilizado (nota nº 7)		7.758.374	7.847.753	Não Circulante		17.270.652	12.862.206	
Intangível (nota nº 8)		-	-	Provisão para processos Judiciais (nota nº 12)		6.851.368	4.521.805	
Total do Ativo		19.488.323	18.858.698	Processo judicial PIS (nota nº 10c)		10.419.284	8.340.401	
		As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		(18.854.936) (14.534.189)	
					Total do Passivo		19.488.323 18.858.698	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto) nos Exercícios - Em reais				Descrição		2017	2016	
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)		2017	2016	Drogas e medicamentos		326.308	364.996	
No início do exercício		(14.534.189)	(11.974.922)	Consumo hospitalar		198.689	288.606	
Transferência de Bens Imobilizados		123.000	-	Fios cirúrgicos		11.908	12.679	
Déficit do exercício		(4.443.747)	(2.559.267)	Banco de Sangue		9.882	8.945	
No final do exercício		(18.854.936)	(14.534.189)	Órteses e próteses		13.338	13.975	
		As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis			Demais estoques		153.913	173.901
					Total		714.038 863.102	
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis				7. Imobilizado: Os bens de uso estão demonstrados com base no valor original de custo deduzido da depreciação.				
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 - em reais						2017	2016	
1. A Entidade: a. Reconhecimento de utilidade pública: A Organização Social de Saúde Santa Marcelina, filial da Associação Filantrópica da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública há mais de quatro décadas pelas autoridades federais, estaduais e municipais, e que tem por missão, em consonância com o carisma da Instituição, com a Declaração dos Direitos Humanos e da Constituição Brasileira, promover a dignidade da pessoa humana preservando-lhe e resgatando-lhe a saúde, oferecendo-lhe atendimento de boa qualidade. A O.S.S. Santa Marcelina tem por finalidade operacionalizar a gestão e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital Geral Santa Marcelina do Itaim Paulista, mediante o cumprimento integral do contrato de gestão firmado com o Governo do Estado de São Paulo em 16 de dezembro de 2.011, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde, regida pela Lei Complementar Estadual nº 846 de 04 de junho de 1.998. b. Áreas de atuação: A Organização tem como objetivos básicos, sem visar lucro, atuar nas seguintes áreas: 1. Preventiva e comunitária; 2. Curativa; 3. De reabilitação; e 4. De ensino e pesquisa. c. Da manutenção: O hospital tem como fontes de renda a prestação de serviços a pacientes SUS mediante convênio e através de subvenções governamentais, donativos oriundos da comunidade, de empresas, instituições e de pessoas físicas. O resultado econômico que conseguir dos serviços que presta será aplicado na melhoria de recursos humanos e materiais do hospital de comum acordo com a Secretaria de Estado da Saúde. d. Da organização: A estrutura orgânica do hospital está composta por: 1. Administração Hospitalar; 2. Pastoral da Saúde; 3. Serviços Médicos; 4. Serviços Técnicos; e 5. Serviços Administrativos. 2. Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: a) Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e em especial pela Resolução nº 1.409/12 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e foram autorizadas para emissão em 16/01/2017. De acordo com as exigências de divulgação contidas nos Pronunciamentos do CPC a Diretoria declara que somente foram divulgadas as informações que acredita ser relevantes. 2.2. Bases para elaboração das demonstrações contábeis: As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto se indicado de outra forma, conforme práticas contábeis descritas a seguir. a. Contas de resultado: O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência; b. Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado; c. Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável; d. Ativo imobilizado: Composto dos bens recebidos com Permissão de Uso do Governo do Estado de São Paulo por força do convênio firmado e dos bens próprios, registrados ao custo histórico mais as adições e baixas ocorridas até a data do balanço, sendo depreciado pelo método linear a taxas que levam em consideração o período de vida útil, também foram procedidos a análise de vida útil e do valor residual dos principais itens constantes no ativo imobilizado; e. Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos; f. Férrias e encargos a pagar: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; g. Contribuição ao INSS e impostos: Conforme legislação vigente, a Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade filantrópica e está isenta do pagamento da contribuição ao INSS (cota patronal) e imune aos tributos conforme prevê a Constituição Federal e o Regulamento do Imposto de Renda. h. Verbas para investimentos: Classificados no passivo reconhecidos em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário para confronto com as despesas correspondentes. A subvenção relacionada a ativo depreciável é reconhecida como receita ao longo do período da vida útil do bem e na mesma proporção de sua depreciação. i. Uso de estimativa: A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Os valores reais podem ser diferentes daqueles estimados. 3. Execução do Contrato de Gestão (não auditado): Foram executadas as atividades abaixo demonstradas com observância fixada pelo artigo 345, item VIII da Instrução nº 01/2002 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo: Demonstrativo de Produção conforme Relatório de Execução do Contrato.								

continua

continuação	Descrição	2017	2016
Despesa financeira			
	Despesas bancárias	(22.823)	(11.207)
	Subtotal	(22.823)	(11.207)
Receita financeira			
	Rendimentos aplicações	255.038	731.369
	Juros ativos	-	1.503
	Descontos obtidos	99.073	48.922
	Subtotal	354.111	781.794
	Total	331.288	770.587

19. Compensações: A Organização utiliza-se do Grupo Compensado em seus livros contábeis para registro do custo da isenção da quota patronal

Parecer do Conselho Econômico e Fiscal

A Diretoria, O Conselho Fiscal da Casa de Saúde Santa Marcelina, em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os itens II, III e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, e no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Contábeis e Financeiras da Organização Social de Saúde Santa Marcelina de Ambulatório Médicos de Especialidade

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria da Organização Social de Saúde Santa Marcelina-Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Organização Social de Saúde Santa Marcelina gestora do Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa n.º 14, a Entidade apresentou passivo a descoberto no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, quando o seu passivo total excedia o seu ativo total em R\$ 18.854.936 e de acordo com o mencionado na Nota Explicativa n.º 1, face ao contrato de gestão e execução das atividades e serviços de saúde, os recursos financeiros destinados ao custeio das atividades desenvolvidas pela Organização Social de Saúde Santa Marcelina - Hospital Geral "Santa Marcelina" do Itaim Paulista são providos, em sua maior parte, pelo Governo do Estado de São

de Previdência Social usufruída e para outros controles de interesse da instituição e contrato de gestão celebrado em 26 de junho de 1.998, processo nº 001.0001.002.775/97, firmou um Termo de Permissão de Uso com o Hospital Estadual Santa Marcelina do Itaim Paulista, conforme abaixo.

Descrição	2017	2016
Isenção da cota patronal	21.129.271	19.744.753
Termos de permissão de uso	8.162.819	7.974.954
Total	29.292.090	27.719.707

Os valores alocados neste grupo não compõem os Ativos e Passivos da Entidade. **20. Cobertura de Seguros:** Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim lidades da Zona Leste referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Proposta da Administração, com base nos exames efetuados, o Conselho Fiscal, entendendo que as peças acima citadas representam Paulo. Nesse sentido, a Entidade depende do recebimento regular desses recursos, bem como das políticas e diretrizes traçadas pelo Governo do Estado de São Paulo para a manutenção de suas atividades e de seu equilíbrio econômico-financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** *Demonstrações do valor adicionado:* Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a qual esta sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Contábeis básicas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos

atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade.

Seguradora	Modalidade	Segurados	Vencimento
Unimed Seguros	Responsabilidade Civil	1.500.000,00	15/07/2018
Allianz Seguradora	Seguro Predial	30.000.000,00	20/10/2018
Itaú Seguro	Seguro de Veículos	200.000,00	25/09/2018
Porto Seguro	Veículo Ambulância	133.500,00	25/09/2018
Porto Seguro	Seguro Equipamentos Médicos	135.500,00	25/09/2018

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

Ir. Rosane Ghedin - Diretora Presidente
Luís Roberto Teles - Contador - CRC1SP182.786/0-8

adequadamente a Posição Patrimonial e Econômica da Organização e que estão em conformidade com as disposições legais pertinentes à matéria, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente à aprovação integral e sem qualquer ressalva, dos referidos documentos pela Assembleia geral deste Conselho. São Paulo, 31 de janeiro de 2018. Irmã Giuseppina Raineri; Irmã Maria Theresa Lorenzoni; Irmã Carla Rosimeire Felix. **Ceticismo profissional ao longo da auditoria.** Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 26 de janeiro de 2018. **Cokinós & Associados Auditores Independentes S/S** - CRC-2SP 15.753/O-0. **José Luiz de Faria** - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.

Aproveite as vantagens do e-CPF.



Faça seu **Certificado Digital** na **Imprensa Oficial** e realize transações *on-line* seguras em bancos e na Receita Federal. Confira nossos preços.

www.imprensaoficial.com.br

io | certificação digital

SAC 0800 01234 01

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO